



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Salles RAMOS, Moacyr; STAMPA, Inez Terezinha
Políticas de Educação Profissional: naturalização das expressões da questão social?
Argumentum, vol. 7, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 74-88
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547145007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARTIGO

Políticas de Educação Profissional: naturalização das expressões da questão social?

Policies for Education Professional: naturalization of the expressions of the social question?

Moacyr Salles RAMOS¹
Inez Terezinha STAMPA²

Resumo: O artigo analisa a função das políticas sociais de educação profissional no contexto do atual processo de recomposição capitalista. Apresentamos como as transformações técnicas e políticas no "mundo do trabalho" têm redefinido a pedagogia das políticas de formação dos trabalhadores, buscando educar a visão de mundo desses sujeitos acerca das expressões da questão social. A principal função é internalizar nos trabalhadores a ideia de que todos têm as mesmas condições de estudo, logo, de acesso e permanência no mercado de trabalho, sendo o insucesso resultante de incompetência individual ou problema conjuntural. Para exemplificar essa pedagogia, além da revisão bibliográfica, apresentamos os resultados de uma pesquisa empírica sobre o PRONATEC, programa que, não sem contradições, busca conformar os trabalhadores diante das precariedades do sistema capitalista.

Palavras-chave: Política social. Educação profissional. Questão social. PRONATEC.

Abstract: The article analyzes the role of social policies of vocational education in the context of the current capitalist restoration process. Presented as the technical and political transformations in the "world of work" have redefined the pedagogy of workers' training policies, seeking to educate the world view of those subjects about the expressions of the social question. The main function is to internalize the workers the idea that everyone has the same study conditions, hence access and remain in the labor market, and the resulting failure of individual incompetence or cyclical problem. To exemplify this teaching, in addition to literature review, we present the results of an empirical research on the PRONATEC program, which not without contradictions, search conform workers given the precariousness of the capitalist system.

Keywords: Social Policy. Professional Education. Social Question. PRONATEC.

Submetido em: 24/7/2015. Revisado em: 16/9/2015. Aceito em: 16/9/2015.

¹ Pedagogo. Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Pedagogo da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). E-mail: <mramos@id.uff.br>.

² Socióloga e Assistente Social. Pós-Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro (PUC-RJ, Brasil). E-mail: <inestampa@ig.com.br>.

Introdução

Analisar as políticas sociais de formação para o trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo é uma tarefa complexa, principalmente se considerarmos as especificidades do capitalismo no Brasil, que tem se caracterizado ao longo de sua constituição por empregos precários, baixos salários, informalidade e, principalmente, baixa qualificação da força de trabalho (CARDOSO, 2013). Isso significa que, mesmo na melhor fase do desenvolvimento industrial, o que tivemos foi um modelo taylorista-fordista descaracterizado, no qual não se criou um *Estado de Bem-Estar Social*. Apesar disso, nossa especificidade obteve êxito na superexploração no local de trabalho, no esmagamento das mobilizações sociais, na perseguição aos sindicatos e na forma homeopática como permitiu a participação política e o acesso aos direitos sociais, especificamente o direito à educação para a classe trabalhadora.

A condição de capitalismo dependente no Brasil é a realidade substantiva própria de nosso país no contexto do capitalismo monopolista. Logo, o desemprego e a radicalização das desigualdades sociais no Brasil não se justificam apenas pelo atual processo de recomposição capitalista, mas são intensificados nesse processo (FERNANDES, 1975; SANTOS, 2012). Com o aprofundamento da precariedade nas relações de trabalho, do desemprego e da desigualdade social, novas formas de dominação têm sido desenvolvidas. Neste sentido, a participação dos indivíduos na vida social e política tem sido incentivada, mas este protagonismo deve ser exercido sem que haja consciência de classe. O intuito é que as

expressões da questão social³, como o desemprego e a pobreza sejam vistos como *coisas da vida*, justificando-se pela incapacidade dos indivíduos ou como problemas meramente conjunturais.

A coerção tem dialogado com a construção do consenso em torno da sociabilidade capitalista e as políticas sociais de formação para o trabalho tornam-se espaço privilegiado para essa relação de hegemonia⁴, que é também uma relação pedagógica nos termos de Gramsci (1999). Neste sentido, a materialização de tais políticas, não sem contradições, desempenha um papel central na formação de um tipo de trabalhador que não compreenda a sua existência a partir das relações de produção, que ignore as condições materiais dessa existência e acredite que é possível “chegar a qualquer lugar”, bastando ter força de vontade.

Neste sentido, a proposta deste artigo é abordar as repercussões da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na formação do trabalhador. Partimos do pressuposto de que as transformações técnicas e políticas

³Com base em Iamamoto (1998, p. 27), a questão social revela “o conjunto das expressões das contradições da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”, donde são geradas as profundas desigualdades sociais próprias deste modo de produção. Para mais elementos sobre a questão social no Brasil, ver também Ianni (1989), Cerqueira Filho (1982) e Santos (2012).

⁴Para Gramsci (1982), hegemonia é o domínio, por meio da coerção e do consenso, de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos, em especial da burguesia sobre a classe trabalhadora.

no “mundo do trabalho”⁵ têm redefinido a pedagogia das políticas de formação dos trabalhadores, buscando educar a visão de mundo desses sujeitos acerca das expressões da questão social. O eixo articulador do debate é, portanto, a democratização da oferta de vagas em educação profissional, que tem sido implementada com precarização dos processos formativos. A principal função é internalizar nos trabalhadores a ideia de que todos têm as mesmas condições de estudo, de inserção e permanência no mercado de trabalho.

A reflexão traz questões acerca das mudanças que vêm ocorrendo no “mundo do trabalho”, problema fundamental para a compreensão da questão social na atualidade, articulando-as com as políticas de educação profissional em curso no Brasil, para o que apresentamos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que, de acordo com a pedagogia das políticas de formação dos trabalhadores adotadas, se desenvolve por mecanismos de inclusão excludente, conforme procuramos demonstrar.

A escolha do PRONATEC não se deu de modo aleatório, mas intencional, tendo em vista que este tem sido o principal programa no que tange as ações governamentais para a educação profissional no Brasil. Sua

centralidade tem atraído grande visibilidade social, como também tem criado muitas expectativas para o enfrentamento das expressões da questão social, num cenário ainda permeado pela potencialização da educação como panaceia para tais expressões. Além disso, utilizamos dados empíricos sobre o programa, resultantes de uma pesquisa concluída no ano de 2014⁶, que nos ajudam a compreender-lo para além dos documentos governamentais, ou seja, em sua materialização. Os resultados dessa pesquisa somados à revisão bibliográfica aqui apresentada, busca contribuir, sem a pretensão de dar respostas definitivas, para a discussão contemporânea acerca da educação destinada à classe trabalhadora no Brasil.

A crise do sistema capitalista e a formação do trabalhador

O sistema capitalista vive uma crise estrutural, que é fruto do esgotamento do modo de produção fordista iniciada ao fim da década de 1960 e início da década de 1970. Tal crise desencadeou um amplo processo de recomposição do capitalismo que redimensionou a relação entre trabalho e capital, classe trabalhadora e classe dominante.

No Brasil, o efeito dessa crise pode ser sentido a partir dos anos 1980, colocando sob nova égide tanto as relações de trabalho e de produção como também a formação do

⁵A expressão “mundo do trabalho” se refere aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora. Sobre o tema ver Ianni (1994) e Stampa (2012).

⁶Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa finalizada no ano de 2014 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (a este respeito ver Ramos, 2014). É também resultante de estudos desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa Trabalho e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

trabalhador, que no bojo da Teoria do Capital Humano⁷ atualizada à luz da ideologia da globalização, passa a ser considerada como panaceia contra as expressões da questão social, especificamente o desemprego e a radicalização das desigualdades sociais.

No fundo, trata-se de uma estratégia para a recomposição das bases de acumulação do capital que necessita da formação de um novo tipo de trabalhador: o que aceite passivamente a adequação toyotismo-fordismo-taylorismo e seus impactos no processo produtivo, bem como o neoliberalismo como o único modo de regulação possível.

O objetivo principal não é o de buscar respostas efetivas para as expressões da questão social, ou seja, lutar pela redução das desigualdades sociais, mas sim educar a classe trabalhadora para encarar tais expressões como problemas desconexos do sistema capitalista ou, ainda, como problemas “naturais” da vida em sociedade.

Conforme esclareceu Gramsci em seu estudo Americanismo e Fordismo, os processos pedagógicos cumprem a função de valorizar o capital, na medida em que criam novas formas de viver, comportar-se e compreender o mundo a partir das relações de produção e organização do trabalho. A questão central é a criação de uma nova

⁷Conforme esclareceu Frigotto (1984), trata-se de uma concepção que postula que a educação é produtora da capacidade de trabalho, sendo esta um investimento social e individual. Neste sentido, a qualificação é tida como solução para as desigualdades sociais, caracterizando-se como uma teoria de desenvolvimento.

concepção de mundo que naturalizasse a exploração do trabalhador por meio do disciplinamento físico, moral e intelectual (GRAMSCI, 2008).

Para a formação desse tipo de força de trabalho, a classe dominante se vale da hegemonia na esfera do Estado ampliado⁸ para o desenvolvimento de políticas sociais para a educação profissional. Tais políticas coadunam com as transformações técnicas e políticas da gestão da produção capitalista, pois, ao mesmo tempo em que preparam uma parcela da classe trabalhadora para o atendimento das demandas do setor produtivo, cumprem também a função de conformar a maior parcela da classe trabalhadora para o desemprego estrutural e para o trabalho precário diante do cenário de instabilidade permeado pela redução dos postos de trabalho, pela alta rotatividade da força de trabalho, pela crescente desregulamentação do trabalho e pela flexibilização do mercado (SOUZA, 2009, 2011).

Para o atendimento as demandas do setor produtivo, o novo perfil de qualificação profissional deve ensinar para o autogerenciamento do trabalho, para ampliar a capacidade de comunicação e para o trabalho em equipe. O trabalhador deve estar preparado para a resolução de problemas na empresa com base em seu saber cotidiano. Não há mais espaço para o trabalhador especia-

⁸Consideramos os estudos de Gramsci (1982, 1999), para quem o Estado ampliado é a soma da sociedade civil e da sociedade política. Ambas as esferas servem para conservar ou promover uma determinada base político-econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas é na sociedade civil que as classes buscam aliados para as suas posições, ou seja, buscam conquistar/exercer sua hegemonia.

lizado, pois dentro de uma família ocupacional, esse trabalhador necessita saber operacionalizar diversas atividades diferentes, ou seja, ser polivalente. Entretanto, esse novo trabalhador deve ser também ensinável, pois deve estar pronto a aprender novas habilidades para suprir carências em qualquer outro posto de trabalho da empresa (RODRIGUES, 1998, p. 113-114).

Além disso, as políticas sociais de educação profissional cumprem um papel de conformação ao educar esses trabalhadores para a busca de alternativas ao emprego formal. Com base em ideais de “empreendedorismo”, “desenvolvimento sustentável” e “empregabilidade”, o discurso empresarial mantém viva a expectativa dos trabalhadores por boas colocações no mercado de trabalho, ao passo em que move esses sujeitos na criação de estratégias alternativas ao emprego formal. A formação mais eficiente destas políticas é o doutrinamento dos trabalhadores para encararem com naturalidade a realidade atual do mercado de trabalho e procurarem adaptar-se a ele, abandonando qualquer resquício de resistência às inconstâncias que a precariedade das relações de produção impõem hoje ao trabalhador (SOUZA, 2013).

Dentro do conjunto de estratégias do capital para conformar os trabalhadores, insere-se um amplo processo de certificação em massa, a fim de internalizar nesses sujeitos a ideia de que é possível enfrentar as desigualdades sociais via qualificação profissional. Assim, “[...] sendo a qualificação profissional ofertada, estar desempregado é incompetência do trabalhador” (LEITE, 1997, p. 64), pois o mesmo é quem não foi

capaz de desenvolver sua empregabilidade, conceito que parte do falso princípio de que o desemprego é causado por inadequações dos trabalhadores ao mercado de trabalho.

Por este viés, a partir da década de 1990, os esforços governamentais na implementação de programas de educação profissional aumentaram. Democratizar a oferta de vagas tornou-se uma necessidade diante do discurso empresarial de que a baixa qualificação profissional justifica o desemprego e as desigualdades sociais. Deste modo, a educação profissional é tida falaciosamente como elemento regulador do mercado de trabalho, mascarando os mecanismos de autorregulação próprios do sistema capitalista.

Chama-nos a atenção o cuidado necessário aos trabalhadores frente a crescente democratização da oferta de educação profissional, pois, apesar de, aparentemente, suas reivindicações por educação estarem sendo atendidas, esse atendimento se dá na contramão dos reais interesses de emancipação da classe trabalhadora. Assim:

Ao invés de explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas que se caracterizam por seu caráter desigual e na maioria das vezes, meramente certificatório que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas a autonomia intelectual, ética e estética. (KUENZER, 2007, p. 1170-1171).

A partir do exposto, podemos desconfiar das atuais políticas de formação para o trabalho, pois estas, apesar de declararem, não visam de fato uma proposta pedagógica que articule formação geral e formação para o trabalho para amplas massas de trabalhadores, com socialização do conhecimento científico, tecnológico, filosófico e cultural, conhecimento que poderia contribuir para a instrumentalização desta classe na disputa pela hegemonia.

A luta pela socialização do conhecimento não pode ser uma alternativa ao ideal revolucionário. Trata-se de preparar a classe trabalhadora para melhor compreender e lutar contra o sistema capitalista, fazendo-a conhecer a sua história e posição, como também a posição do inimigo e a suas estratégias de dominação⁹. Para esse fim, precisamos explorar todas as contradições do sistema capitalista como estratégia de emancipação da classe trabalhadora. Concordamos com Frigotto, ao afirmar que:

A superação do capitalismo somente pode ser atingida pela luta de classes, partindo da identificação e da exploração, no plano histórico, de suas insanáveis e cada vez mais profundas contradições. Os conhecimentos científicos, técnico e tecnológico são partes cruciais dessa disputa he-

gemônica e condição *sine qua non* da sociedade socialista. (FRIGOTTO, 2006, p. 244, grifos do autor).

No entanto, a democratização do acesso à educação profissional para a maior parcela da classe trabalhadora trata-se de um projeto de formação fragmentada e precária, sem proposta real de elevação da escolaridade ou diálogo com a formação de caráter humanista. Assim, pretende-se que o discurso “empregos existem, faltam pessoas qualificadas” seja internalizado e, na medida em que acessem às vagas, os trabalhadores se auto responsabilizem, sem questionarem o tipo de educação profissional que estão recebendo.

Partindo das reflexões apresentadas, passamos a analisar a proposta de formação do PRONATEC.

O PRONATEC e sua proposta de formação

O PRONATEC foi criado em 26 de outubro de 2011 pelo governo federal e sancionado pela Lei nº 12.513/2011(BRASIL, 2011) com objetivo de democratizar o acesso à educação profissional no Brasil. Para o desenvolvimento do programa, foi criado um arranjo político institucional que centraliza a oferta de cursos no Ministério da Educação (MEC). Os demais ministérios atuam na condição de demandantes, enquanto o MEC é ofertante de cursos. Seus pilares são: a) a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, douravante, Rede Federal; b) a ampliação da oferta da educação profissional integrada ao ensino médio nas redes estaduais; c) o fortalecimento da Rede de Educação Profissional e Tecnológica a Distância (Rede e-

⁹No momento em que escrevemos este artigo, está em debate na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 867/2015 (BRASIL, 2015), que pretende tornar crime a atuação docente que se proponha a conscientizar os alunos acerca das precariedades do sistema capitalista. A este processo, o projeto chama “doutrinação”, postulando por uma “escola sem partido”, com pseudoneutralidade da práxis pedagógica. Este é um exemplo de que mesmo na hegemonia do capital o conhecimento de mundo por parte dos trabalhadores é uma ameaça a este sistema.

TecBrasil) em sua oferta de cursos de formação inicial e continuada; d) a parceria com o Sistema S¹⁰ e outras instituições privadas (BRASIL, 2012b). Em princípio, a democratização da oferta de educação profissional poderia ser entendida como um ganho para a classe trabalhadora, entretanto é importante questionar que tipo de educação profissional está sendo democratizada.

O público alvo do PRONATEC é composto por: estudantes do ensino médio (regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA)) da rede pública de ensino; trabalhadores rurais (agricultores familiares, silvicultores, aquícolas, extrativistas) e pescadores; beneficiários titulares e dependentes de programas federais de transferência de renda; estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas com bolsa integral ou em instituições públicas; trabalhadores reincidentes na solicitação do seguro-desemprego no prazo de 10 anos; pessoas com deficiência; povos indígenas; comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; públicos prioritários dos programas do governo federal. Além dos grupos citados acima, o programa abrange também os trabalhadores domésticos, trabalhadores não remunerados, trabalhadores autônomos e trabalhadores para o próprio consumo, independentemente de estarem ou não exercendo alguma atividade (BRASIL, 2011; BRASIL, 2013).

O programa foi criado em outubro de 2011 e até junho de 2014 já havia alcançado a faixa de 7.341.047 matrículas (BRASIL, 2014a, p. 39). Ele se desenvolve por meio de um fomento chamado de *Bolsa Formação*, que se subdivide em dois tipos: a *Bolsa Formação Estudante* e a *Bolsa Formação Trabalhador*. Esta oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que visam à reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, e aquela objetiva a oferta de cursos técnicos de nível médio para jovens estudantes das redes públicas de ensino na forma concomitante, integrada ou subsequente. Essas bolsas garantem recursos específicos para que a Rede Federal, as instituições públicas estaduais e municipais, o Sistema S e as demais instituições privadas mantenham o PRONATEC, vedando qualquer cobrança diretamente ao aluno. Essa subvenção compreende não só os encargos de serviços educacionais, mas também as possíveis despesas com alimentação, transporte etc.

A Bolsa Formação Estudante

Esta modalidade oferta cursos técnico de nível médio, de no mínimo 800h, para alunos das Redes Estaduais de ensino no contraturno da jornada escolar. O programa não define regras para o processo de avaliação e escolha dos alunos atendidos, elas são estabelecidas pelas secretarias estaduais de educação. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o processo se dá por meio do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). Os alunos com as maiores notas são selecionados.

¹⁰Nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto das instituições de interesse de categorias profissionais: SENAR; SENAC; SESC; SENAI; SESI; SEBRAE. A criação desses organismos remonta a meados da década de 1940 e apenas quatro delas (SESCOOP, SENAR, SEST e SENAT) foram instituídas após a Constituição Federal de 1988.

Os objetivos dessa bolsa são:

Formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; *contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público*, por meio da articulação com a Educação Profissional; ampliar e diversificar as oportunidades educacionais aos estudantes, por meio do incremento da formação técnica de nível médio. (BRASIL, 2013, ART.17, grifo nosso).

O objetivo de “[...] contribuir para melhoria da qualidade do ensino médio público [...]” não corresponde a real materialização do programa. Para tal, não é prevista nenhuma iniciativa já que o caminho adequado, mesmo que nos limites do capital, seria o fortalecimento das redes estaduais para que estas ofertem educação profissional integrada ao ensino médio, já que, pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), elas são as responsáveis por esta etapa da educação básica. Outra iniciativa coerente seria a ampliação da infraestrutura física e pedagógica da Rede Federal, para ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Curiosamente, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino médio público, o PRONATEC tem destinado a maior parte de suas verbas para as instituições que compõem o Sistema S, como vemos no quadro a seguir:

Quadro 1: Transferências anuais aos parceiros ofertantes de 2011 a maio de 2014 (R\$)

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total por Rede de Ensino
SNA	208.26 1.704,5 0	1.054.1 61.444, 18	2.065.0 21.070, 00	1.200.8 22.145, 00	4.528.2 66.363, 68
Rede Federal	39.827. 005,00	338789 .930,90	742.50 1.736,8 0	193.92 4.454,2 5	1.315.0 43.126, 95
Rede Estadual	-----	92.648. 000,00	228.48 2.150,0 0	83.393. 000,00	404.52 3.150,0 0
Rede Municipal	-----	-----	14.681. 000,00	3.380.0 00,00	18.061. 000,00
Rede Privada	-----	-----	51.681. 163,63	138.11 3.463,0 1	189.79 4.626.6 4
Total anual	248.08 8.709,5 0	1.485.5 99.376, 08	3.102.3 67.120, 43	1.619.6 33.062, 26	6.455.6 88.267, 27

Fonte: (BRASIL, 2014b). Quadro reeditado pelos autores.

Historicamente, o Sistema S se constituiu como um conjunto de instituições educativas que entraram na disputa pela formação do trabalhador de modo interessado. São instituições particularistas que disputam o fundo público para a formação profissional de acordo com os interesses da burguesia¹¹. Nesse sentido, o PRONATEC apesar de declarar a melhora da qualidade do ensino médio público, tem caráter privatista e não apresenta propostas claras de melhoria da educação básica pública de modo geral.

¹¹ Para melhor compreensão da atuação do Sistema S na formação profissional, ver Rodrigues (1998).

Em contrapartida, as instituições que compõem a Rede Federal precisam ampliar as vagas, sem a ampliação real de sua estrutura física e pedagógica, como apontado por Ramos (2014). Através de uma pesquisa em três *campi* de uma das instituições que compõem a Rede Federal, foi constatado que, para os alunos do PRONATEC, o governo cria uma estrutura paralela sem ampliação real da estrutura física e pedagógica, como número de profissionais, laboratórios, bibliotecas e salas de aula. Elencamos a seguir os principais problemas identificados por Ramos (2014): a) regimento diferenciado para os alunos do PRONATEC, possibilitando apenas uma reprovação sob pena de perder a bolsa; b) indefinição sobre os pagamentos do período dedicado às atividades de recuperação, gerando grandes problemas para o processo de avaliação; c) alocação do PRONATEC no horário de planejamento dos docentes, gerando conflito de horários; d) tratamento diferenciado para os alunos, por conta do acesso diferenciado; e) possibilidade de contrato temporário para lecionar no programa em caso de não aceitação dos profissionais da Rede Federal; f) no caso de aceitação dos profissionais da Rede Federal, o PRONATEC entra como hora extra, com alta rotatividade, dificultando a criação de vínculos com os alunos; g) atraso no pagamento das bolsas, aumentando o número de alunos evadidos por falta de recursos financeiros para se alimentar e se locomover; h) nenhuma articulação com o ensino médio.

A bolsa formação estudante ajuda-nos a lembrar da incompetência do sistema educacional organizado pela burguesia no Brasil para atender os interesses históricos da classe trabalhadora organizada de supera-

ção da dualidade do sistema educacional brasileiro. Até para dominar e conformar, a burguesia se movimenta em bases de conservação, pois não conseguiu até hoje fortalecer os sistemas estaduais de ensino para uma formação burguesa de qualidade. Mas, ao contrário, ela atualiza o seu projeto de formação já precarizado para a parcela mais frágil da classe trabalhadora.

A Bolsa Formação Trabalhador

Esta modalidade oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que visam à entrada ou reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho através da oferta de cursos de qualificação profissional. São atendidos trabalhadores de diversos segmentos, como os que solicitam o seguro desemprego e beneficiários de programas sociais. Esta modalidade de bolsa tem sido prioridade nas ações do PRONATEC, tendo alcançado de 2011 a maio de 2014, o número de 638 cursos ofertados, enquanto os cursos técnicos alcançaram apenas o número de 158 cursos ofertados (BRASIL, 2014b, p.10). Daqui em diante chamaremos essa modalidade de PRONATEC FIC.

Os cursos do PRONATEC FIC devem ter, no mínimo, 160h e caracterizam-se por: a) ausência de diálogo com a educação básica; b) pela formação aligeirada com certificação parcial dentro de uma área do conhecimento; c) pelo ensino de saberes que, de modo geral, poderiam ser apreendidos no próprio processo de trabalho; d) pela formação sem aprofundamento teórico para o trabalho simples; e) pela baixa escolaridade como pré-requisito; f) por não promover a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

A fim de esclarecer a concepção de formação que norteia os cursos do PRONATEC FIC e como ela fere a necessidade que a classe trabalhadora tem de que o conhecimento seja socializado como possibilidade de emancipação, trazemos a seguir a fala de uma supervisora de curso:

Tem muitos professores que são muito rigorosos. Né? Então, nem sempre aceitam muito bem a ideia de quê... é... ela é camareira. Ela tá se formando pra ser camareira, mas ela fala errado. Ela troca, sei lá, o "r" pelo "l". E aí é difícil pro professor entender que isso não vai influenciar na parte operacional dela de camareira. Se ela consegue se comunicar, escrever mesmo que errado, ela consegue se desenvolver... ser uma boa camareira. Ser uma boa camareira não vai estar condicionado à forma como ela escreve ou que ela fala, mas como que ela faz um envelopamento de cama, se ela sabe a diferença entre limpar e higienizar e outros aspectos. (RAMOS, 2014, p. 114).

Mesmo se propondo a ampliar as oportunidades educacionais, para nós o PRONATEC FIC tem como objetivo real “[...] produzir o pacote de competências adequadas à formação do cidadão produtivo ajustado técnica e socialmente às demandas do capital. Um cidadão que acredite que a ele não compete ser sujeito político.” (FRIGOTTO, 2006, p. 266). O importante no currículo desses cursos é garantir que o trabalhador saiba fazer bem o seu trabalho, não necessitando da elaboração de novos saberes que lhe permitam compreender a sua situação de classe. Dentro do mesmo exemplo dado pelo supervisor de curso antes citado, entendemos que além de envelopar a cama, a camareira deve conseguir compreender por

qual razão ela é camareira e o seu patrão é dono do hotel, ou seja, compreender o seu lugar na divisão social do trabalho. Além disso, ela deve saber ler e escrever bem, ler não apenas as palavras, decodificando, mas “ler o mundo”, nos termos de Paulo Freire, indo além de sua aparência fenomênica e compreendendo as suas raízes.

No que tange as ações destinadas aos trabalhadores que acionam o seguro desemprego, o PRONATEC FIC corrobora com a ideologia de que o desemprego é resultante da falta de qualificação do trabalhador. Assim, se o trabalhador foi demitido é porque *ele não se adequou* às transformações do mercado de trabalho ou porque *não se qualificou*. Trata-se de uma estratégia de responsabilização do trabalhador pelo desemprego, que é feita, dentre outras formas, pelo atrelamento direto entre a demissão e a qualificação profissional. Como isso funciona?

Os trabalhadores demitidos passam a ter o recebimento do seguro desemprego condicionado à matrícula em um curso de FIC com carga horária mínima de 160h, conforme a reincidência da demissão, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador. O financiamento dos cursos para os trabalhadores conta também com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (BRASIL, 2011).

Atualmente, a matrícula em um curso do PRONATEC FIC tem sido exigida do trabalhador que solicita o seguro-desemprego pela segunda vez no prazo de 10 anos. Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) enviar ao MEC informações sobre as características desses trabalhadores, para subsidiar as atividades de formação dos

mesmos (BRASIL, 2012a). O trabalhador só ficará desobrigado de realizar o curso em duas hipóteses: se não houver em seu município ou em município limítrofe a oferta de curso compatível com seu perfil, ou se ele comprovar matrícula e frequência em outro curso FIC com carga horária igual ou superior a 160h, contanto que o curso se desenvolva no mesmo período em que o trabalhador esteja recebendo o seguro-desemprego (BRASIL, 2012a).

Além de o PRONATEC FIC não objetivar a elevação da escolaridade dos sujeitos atendidos, ele tem sido incapaz de cumprir aquilo que promete no que tange a análise do histórico profissional do trabalhador, do seu perfil e no direcionamento/orientação para a escolha dos cursos. Isso é apontado por um coordenador de curso, que diz:

[...] a reclamação grande que nossos alunos têm é que eles chegavam no Ministério de Trabalho, aí eles entregavam uma lista: - oh, escolhe aí! Aí o cara começava a ler, mal ele começava a ler: - Oh, escolhe logo! Precisa andar. Tem outro na fila. Vamo logo, vamo logo! (RAMOS, 2014).

Ainda segundo o mesmo coordenador:

Tem pessoas que se inscreveram no curso e o curso não tem nada a ver com toda a trajetória profissional deles e isso daí não vai somar em nada para a qualificação profissional dele. Vamos dizer assim, nós temos, por exemplo, hoje, uma motorista de ônibus. Ela não evadiu, a gente conseguiu segurar ela. Mas a chance dela evadir seria enorme, pois um curso, porque um curso de, por exemplo, que ela está fazendo de agente de resíduos sólidos... isso não é usado na carreira dela como

motorista. Ela nunca vai usar isso, então, e ela foi praticamente obrigada pelo ministério se escolher. (RAMOS, 2014, p. 119-120).

Uma das principais justificativas governamentais para ofertar cursos de FIC é a de que o público alvo não tem escolaridade para realizar um curso técnico. Mas convém atentar para o fato de que os trabalhadores adultos não escolarizados de hoje são os mesmos que na juventude não tiveram acesso à escola. Há assim, uma dívida do Estado brasileiro com esses sujeitos. Parece que essa dívida tem sido interpretada como incapacidade dos trabalhadores, que estão vulneráveis às implicações ideológicas do direto atrelamento entre demissão e qualificação profissional. Neste sentido, o programa parece tentar mascarar as verdadeiras razões das demissões, que estão vinculadas ao modo de reprodução do capital.

Além disso, como explicitado em seus objetivos, o PRONATEC FIC não se compromete com a elevação da escolaridade, mas apenas pretende “incentivar a elevação”. O que seria incentivar a elevação da escolaridade para o PRONATEC FIC? Como formar um trabalhador e incentivar a elevação de sua escolaridade em 160h? Os documentos oficiais do referido programa não apresentam respostas para esta questão.

Considerações finais

O título deste artigo traz a seguinte indagação: *Políticas de educação profissional: naturalização das expressões da questão social?* Longe de esgotarmos o assunto, compreendemos que as políticas sociais de educação profissional contemporâneas trazem em seu bojo

uma proposta contraditória, pois ao tempo em que buscam educar a visão dos trabalhadores para a naturalização das expressões da questão social, também se constituem como espaço de luta de classes e disputa pela hegemonia na esfera do Estado. Tal disputa poderia ser mais favorável à classe trabalhadora se o cenário atual fosse de fortalecimento e não de crise de identidade das instituições que representam esta classe, viabilizando maior intervenção na construção das políticas sociais, o que não tem sido possível devido às investidas próprias da recomposição do capital, advindas, sobretudo, das mudanças nas esferas do trabalho e da produção, ou seja, das novas formas de organizar e gerir a força de trabalho. A expressão maior da questão social, portanto, centra-se na precarização das relações de trabalho e no desemprego, fazendo parte deste quadro o aviltamento das condições de vida.

Assim, as ações governamentais no campo da educacional profissional estão voltadas para a ampliação de oportunidades, mesmo que essas oportunidades sejam desiguais. A ideia central é “todos incluídos”, independentemente do tipo de escola, das condições de aprendizagem, do nível de qualificação dos docentes, dos recursos financeiros.

No entanto, esta inclusão é excludente e busca conformar os trabalhadores, adequadando-os às precariedades geradas pelo sistema capitalista, naturalizando-as. Trata-se de um processo de obtenção do consenso da classe trabalhadora em torno da conceção de mundo burguesa, difundindo a ideologia de que a superação do desemprego e

da desigualdade social é possível via qualificação profissional.

O sistema capitalista não consegue mais esconder o desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho, pois estas são expressões da questão social que, em razão da crise contemporânea, estão mais evidentes. Assim, busca-se educar a visão de mundo dos trabalhadores sobre tais expressões. As verdadeiras razões para a falta de emprego são camufladas e o indivíduo passa a ser o culpado por sua não inclusão no mercado de trabalho. Logo, a formação de trabalhadores necessária ao capitalismo contemporâneo é aquela que se propõe a formar trabalhadores flexíveis, empreendedores, proativos e, acima de tudo, que se responsabilizem pela sua empregabilidade. No caso de não conseguirem inserção no mercado de trabalho formal, eles devem buscam por si mesmos as soluções na informalidade e nos arranjos produtivos locais.

Encerramos esse artigo com a resposta de um aluno do PRONATEC citada na pesquisa de Ramos (2014), que resume bem as contradições e a correlação de forças que permeiam a política de educação profissional no Brasil. Ao ser questionado sobre o significado de um curso do PRONATEC, o aluno respondeu: *o PRONATEC é um programa pra gente continuar sonhando!*

Se, por um lado, essa assertiva nos leva a crer que esse programa é visto como meio para a realização de sonhos, por outro, podemos crer que por meio desse programa esse aluno continuará apenas sonhando, sem que, de fato, realize seus sonhos. Nossa perspectiva teórica transita entre ambas as

interpretações, considerando-as como válidas e, embora paradoxais, jamais excluientes. A apreensão do PRONATEC como uma política social passa necessariamente pela compreensão de suas contradições. Entretanto, independente das possíveis interpretações e de suas contradições, podemos ter como ponto de partida para a nossa questão inicial que os trabalhadores atendidos pelo PRONATEC têm sonhos a serem realizados e que as políticas sociais de formação para o trabalho nutrem suas esperanças por melhores condições de vida.

Referências

BRASIL. Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. Instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Médio e Emprego (PRONATEC); altera as leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial e instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e instituiu o Plano de Custeio , nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do Ensino Superior e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília (DF), 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.721 de 16 de abril de 2012. Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em cur-

so de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 horas. Brasília (DF), 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7721.htm. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Objetivos e Iniciativas do PRONATEC. Apresenta os objetivos e as iniciativas do PRONATEC. Brasília (DF), 2012b. Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 168 de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília (DF), 2013. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365533679.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015: versão preliminar. Brasília (DF), 2014a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15774&Itemid=1. Acesso em: 1 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Contadoria-Geral da União. Secretaria Federal do Controle Interno. Relatório de auditoria anual de contas. Brasília (DF), 27 ago. 2014b. Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>

=com_docman&task=doc_download&gid=16416&Itemid=>. Acesso em: 5 jun. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 876 de 2015**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília (DF), 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=3F8FB0325E524917A7855D58AF0420D3.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+PL+867/2015>. Acesso em: 14 de set. 2015.

CARDOSO, A. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CERQUIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRIGOTTO, G. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: JÚLIO, C. F. L.; NEVES, L. (Org). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de

Benedito Croce. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1-12, jan./mar. 1994.

IANNI, O. A questão social. **Revista da USP**, São Paulo, p.145-173, out./nov./dez. 1989.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007. Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

LEITE, M.P. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, jan./mar. 1997.

RAMOS, M. S. **Limites e possibilidades do PRONATEC como ação governamental de ampliação do acesso à Educação Profissional**: uma análise a partir da experiência do IFRJ. 2014. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, J. **O moderno princípio industrial.** Campinas: Autores Associados, 1998.

SANTOS, J. S. **Questão social:** particularidades no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 2012.

SOUZA, J. dos S. A Educação Profissional no contexto da reengenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda: novos e velhos mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa no governo FHC. **Trabalho Necessário**, Niterói (RJ), ano 11, n. 16, p. 1-36, 2013.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN%201605%20-%20Artigo%20Jos%C3%A9%20dos%20Santos%20Souza.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SOUZA, J. dos S. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. In: SOUZA, J. dos S. (Org.). **Trabalho, qualificação e políticas públicas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

SOUZA, J. dos S. Qualificação profissional: a pedagogia da hegemonia das políticas de inclusão de jovens no Brasil. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA UFPR, 1., 2009**, Paraná. **Anais eletrônicos...** Paraná: UFRP, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT5%20online/EixoII/trabalho-juventude-JoseSouza.pdf>. Acesso em 1º fev. 2015.

STAMPA, I. Transformações recentes no mundo do “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 35-60, 2º semestre de 2012.